



13 DE MAIO DE 2016

Sexta-feira

- TRABALHADORES DA VOLVO RECUSAM PROPOSTA DE PDV E MANTÊM PARALISAÇÃO
- MERCADO REAGE COM CAUTELA AO NOVO GOVERNO
- PLANO DE TEMER PARA 'CONSERTAR' O PAÍS INCLUI CORTE DE GASTOS, TETO PARA DESPESAS E PRIVATIZAÇÕES
- EMPRESARIADO VÊ SINAIS DE OTIMISMO PARA A ECONOMIA COM SAÍDA DE DILMA
- NOVO MINISTRO DEFENDE MODERNIZAÇÃO DA LEI TRABALHISTA, SEM RETIRAR DIREITOS
- MOMENTO É DE RESGATE DA COMPETITIVIDADE NA INDÚSTRIA, AVALIA ABRE
- ECONOMIA DO BRASIL CAI MAIS QUE O ESPERADO EM MARÇO E CONTRAI 1,44% NO 1º TRI, APONTA BANCO CENTRAL
- SEDE EM CASA FACILITA MICROEMPREENHIMENTO
- FÓRMULA DE CORREÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO SERÁ MANTIDA, DIZ MEIRELLES
- SCANIA VENDE PRIMEIROS CAMINHÕES A ETANOL
- EXPORTAÇÕES DE GASOLINA E DIESEL DO BRASIL CRESCEM FORTEMENTE ATÉ ABRIL
- NOVO MINISTRO DO TRABALHO DEFENDE TERCEIRIZAÇÃO NA ATIVIDADE FIM
- BMW LANÇARÁ CARRO ELÉTRICO EM 2021 PARA ENFRENTAR CONCORRÊNCIA
- O PROBLEMA MAIS URGENTE DO BRASIL É O DÉFICIT FISCAL, EM 10% DO PIB'
- LUCRO LÍQUIDO DA COPEL CAI 70% NO PRIMEIRO TRIMESTRE
- COBRE OPERA EM ALTA, APÓS RECUO FORTE NO PREGÃO ANTERIOR
- CSN DEVE REAJUSTAR O AÇO EM JUNHO
- NISSAN PROJETA LUCRO 13% MAIOR NO ANO FISCAL 2016-2017
- GOVERNO INCENTIVA IMPORTAÇÃO DE MOTORES
- NISSAN ANUNCIA COMPRA DE 34% DA MITSUBISHI POR US\$ 2,2 BILHÕES
- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS NOVOS RECUA 31,5% EM QUATRO MESES
- LUCRO LÍQUIDO DA FRAS-LE RECUA 15,8% NO 1º TRIMESTRE
- VOLKSWAGEN ALCANÇA PRODUÇÃO DE 300 MIL MOTORES EA211 EM SÃO CARLOS
- THE ECONOMIST VÊ TEMER COM IDEIAS MELHORES QUE DILMA, MAS FAZ ALERTA
- OFERTA DO MERCOSUL PODE RETOMAR NEGOCIAÇÕES COM UE

- MEIRELLES QUER CORTAR SUBSÍDIOS E "BOLSA EMPRESÁRIO"
- IMPEACHMENT É CHANCE PARA BRASIL SUPERAR A CRISE, DIZ CAMPAGNOLO
- GOVERNO INCENTIVA IMPORTAÇÃO DE MOTORES
- MERCADO DOMÉSTICO IMPULSIONA MINERAÇÃO

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 13/05/2016 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,507 | 3,507 |
| Euro | 3,960 | 3,961 |

Fonte: BACEN

Trabalhadores da Volvo recusam proposta de PDV e mantêm paralisação

13/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Em assembleia realizada nesta quarta-feira (12), os trabalhadores da Volvo recusaram uma proposta de acordo da montadora e decidiram manter paralisadas as atividades na fábrica em Curitiba. A empresa propôs aos funcionários um Plano de Demissão Voluntária (PDV) com adesão até o fim deste mês e aceitou diminuir o número de demissões de 400 para 250 pessoas, todos do chão de fábrica.

A proposta foi apresentada pela Volvo ao Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) na manhã desta quarta-feira. O objetivo seria fazer um PDV para os trabalhadores que atuam na produção com adesão até o dia 31 de maio.

Os funcionários que viessem a aderir receberiam de 1,5 a 4 salários, aviso prévio, verbas rescisórias com garantia de R\$ 15 mil, adiantamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e seguro-desemprego extra.

Também teriam isenção de imposto de renda e quitação da rescisão. Com a proposta, a montadora esperava a adesão de 250 trabalhadores, segundo o sindicato. Caso o número não fosse alcançado, a partir de 1.º de junho seria implantado o Plano de Demissão Involuntário (PDI), em que seriam demitidos funcionários por redução do volume de produção. Nesse caso, eles perderiam o direito à isenção de imposto de renda, quitação da rescisão e seguro-desemprego extra.

Os trabalhadores da Volvo recusaram a adesão ao PDV em assembleia que terminou no início da tarde desta quarta-feira. Foram 1.102 votos de funcionários do chão de fábrica, sendo 645 contra, 452 a favor e cinco votos em branco.

Uma nova reunião está marcada para esta quinta-feira (13) para definir os rumos do movimento. Até lá, as atividades da fábrica localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) seguem paradas.

Dezembro

A orientação do sindicato foi para que os trabalhadores votassem contra o acordo apresentado pela montadora. Segundo Sérgio Butka, presidente do SMC, o sindicato luta pela manutenção dos empregos pelo menos até o fim deste ano, para ver como a economia reage após o afastamento por até 180 dias de Dilma Rousseff.

O sindicato quer que a empresa amplie o período de adesão do PDV para até dezembro ou opte pelo regime de layoff ou pelo Programa de Proteção ao Emprego (PPE) do governo federal. "Neste ano a empresa não quer estender o PDV até o fim do ano, como aconteceu em 2015. Mesmo que tenha demissão em dezembro, seriam mais seis meses de emprego para os trabalhadores", afirma Butka.

O sindicato ainda não apresentou uma proposta formal à montadora, mas se propõe a postergar o reajuste de data base previsto para setembro e abrir mão do PLR em troca da manutenção dos empregos. Em nota, a Volvo afirma que ofereceu medidas de flexibilização do trabalho, como a utilização de banco de horas e negociação da data base em setembro.

O sindicato também teme que, após as 250 demissões, mais 150 novos desligamentos sejam feitos pela montadora. A Volvo conta com 3.200 trabalhadores, sendo 1.700 na produção e 1.500 nas demais funções.

Queda nas vendas

A paralisação começou na terça-feira (10), após a montadora comunicar ao sindicato que queria demitir até 400 funcionários, entre pessoal do chão de fábrica e da área administrativa. Em nota, a Volvo confirmou que propôs o PDV aos trabalhadores e que aceitou diminuir o número de demissões de 400 para 250 pessoas.

Segundo a empresa, o acordo visa amenizar os impactos da crise econômica sobre o setor de transportes. "No segmento onde a Volvo atua, as vendas de caminhões pesados caíram cerca de 60%, a maior queda desde que a companhia se instalou no Brasil, no final dos anos 70", afirma a nota.

De acordo com a Anfavea, que reúne as montadoras brasileiras, as vendas de caminhões da Volvo caíram 24,1% nos quatro primeiros meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2015. A montadora vendeu 2.067 caminhões de janeiro a abril, contra 2.725 comercializados nos quatro primeiros meses do ano passado, período que já havia sido de vendas magras.

Para efeito de comparação, de janeiro a abril de 2014, a Volvo vendeu 6.253 caminhões. Segundo informações do sindicato, desde o ano passado a montadora trabalha com apenas 1.º turno e com 50% da capacidade instalada da fábrica.

Mercado reage com cautela ao novo governo

13/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Depois de alimentar grandes expectativas com relação à queda de Dilma Rousseff, o mercado deve reagir com cautela em relação aos primeiros passos do governo de Michel Temer. Empossado de forma indireta após uma vitória com ampla margem no

Senado (foram 55 votos a favor e 22 contra), Temer evidenciou em seu primeiro discurso na tarde de quinta (12) que está disposto a retomar a confiança dos agentes econômicos e levar em frente as reformas esperadas pelo mercado, como a trabalhista e da Previdência.

No entanto, para o economista da Toro Investimentos Mehanna Mehanna, as primeiras falas do novo presidente não foram incisivas o suficiente para empolgar o mercado. "Apesar da grande expectativa criada para a posse, não foi possível mensurar por meio do discurso o impacto que uma possível agenda Temer terá, nem quais serão as iniciativas tomadas no futuro", afirma.

Para pessoas ligadas ao mercado financeiro, a paciência será curta com o novo presidente. A lua de mel deverá durar pelo menos dois meses, período em que o dirigente interino terá de dar indicativos mais consistentes de que está disposto a colocar a economia nos eixos.

O caminho, no entanto, será árduo, visto que Temer terá de levar adiante propostas pouco populares, como a agenda de reformas, e a flexibilização do uso de receitas obrigatórias para a saúde e a educação.

"Num primeiro momento, o mercado ficará de olho nos resultados alcançados por Temer antes de colocar todas as fichas nele", avalia o economista da RC Consultores Marcel Caparoz.

Precificação

A saída de Dilma foi precificada com otimismo. No acumulado do ano, o Ibovespa teve alta superior a 25%, fechando acima dos 53.200 pontos no dia do afastamento da petista. Em grande parte, a alta foi puxada pela perspectiva de melhora na gestão de estatais como a Petrobras, que na visão dos investidores tende a melhorar com a posse do novo governo.

Nos primeiros quatro meses, o dólar apresentou queda de 14%, fechando pertos dos R\$ 3,47. Já os juros futuros despencaram para 13% até o fim do ano, o que demonstra a crença de que uma mudança na condução do governo resultará em cortes nos gastos públicos e maior espaço para políticas de crescimento.

Na opinião do economista-chefe da Eleven Financial, Gustav Gorski, ainda pairam dúvidas em relação à estabilidade de Temer no poder, visto que pesam contra ele o pedido de cassação da chapa Dilma-Temer, que tramita no Tribunal Superior Eleitoral; e as eleições municipais deste ano, que podem dificultar a aprovação de medidas impopulares no Congresso.

Para o economista, a única forma de o governo prolongar a lua de mel é por meio de medidas incisivas no início do mandato. "Não há mais espaço para um tratamento gradual. É preciso que sejam tomadas medidas de choque já nos primeiros 60 dias de governo".

Dúvidas

Para o economista da Órama e professor do Ibmecc Alexandre Espírito Santo, caso haja inação do governo interino, o bom humor tende a desaparecer entre os investidores.

Segundo o economista, a forte oposição do PT na Câmara e a própria habilidade de Temer em conduzir as discussões necessárias para as reformas ainda suscitam dúvidas no mercado. "A realidade do país é complexa e desafiadora, e não será em três meses que ela irá se reverter por completo."

Crise política deve respingar na economia

O afastamento da presidente Dilma Rousseff por 180 dias e a escolha da equipe econômica, capitaneada por Henrique Meirelles no ministério da Fazenda e por Ilan

Goldfanj na presidência do Banco Central, animaram o mercado financeiro. Mas a definição das pastas do governo interino e a votação do impeachment no Senado não deram cabo às incertezas políticas que rondam Temer.

Para o economista da RC Consultores Marcel Caparoz, os desdobramentos da Operação Lava Jato, que pode envolver ainda mais o novo presidente e integrantes da sua equipe, têm o potencial de prejudicar a economia. "O afastamento de Dilma diminui a desconfiança e aumenta a previsibilidade, mas a política ainda interfere na economia e gera volatilidade", acredita ele.

Apesar das dificuldades no âmbito político, Caparoz afirma que o cenário econômico, com tendência de equilíbrio do dólar e queda da inflação, abre espaço para a redução dos juros até o fim do ano.

O economista-chefe da Eleven Financial, Gustav Gorski, alerta que caso a gestão monetária seja ineficiente e reformas como a da previdência não sejam aprovadas, o otimismo pode se reverter.

Plano de Temer para 'consertar' o país inclui corte de gastos, teto para despesas e privatizações

13/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Assessor direto de Michel Temer desde que o peemedebista assumiu como vice-presidente em 2011, o paranaense Rodrigo Rocha Loures conta que o novo governo trabalha com a implantação de medidas de curto e longo prazo para "consertar" o país. Na área fiscal, as medidas preveem corte de gastos e aumento de receitas por meio da venda de bens do Estado.

INFOGRÁFICO: As medidas que serão tomadas pelo governo Temer

Está prevista, por exemplo, a extinção de um quarto dos cargos comissionados, de indicação política. Aumento de impostos, algo que desagrada o setor produtivo e pode minar o apoio à nova gestão, não consta do vocabulário do governo, ao menos neste momento.

Além disso, o plano Temer inclui medidas de estímulo à economia, como parcerias para investimentos em infraestrutura e intensificação das negociações de acordos comerciais internacionais.

As ações emergenciais incluem a fixação de um teto para os gastos públicos, a desvinculação de receitas que hoje obrigatoriamente têm de ser aplicadas em determinadas áreas (como saúde e educação) e a desvinculação de benefícios pagos pelo governo (como os da Previdência) do índice de aumento do salário mínimo.

A fixação de um teto de despesas para todos os órgãos federais, segundo Rocha Loures, vai permitir que não se gaste mais do que se arrecada – uma das razões da queda da presidente afastada Dilma Rousseff.

A desvinculação das receitas iria desengessar o orçamento federal, permitindo ao governo ter liberdade para investir naquilo que considera mais importante e urgente.

E a desindexação representaria economia para a União, já que atualmente qualquer reajuste do salário mínimo implica uma série de outros gastos adicionais.

Previdência

Já as medidas de longo prazo incluem a reforma da previdência – que acumula rombos cada vez maiores. Possivelmente, a proposta será estabelecer a idade mínima de 65 anos para que alguém possa se aposentar. Isso evitaria aposentadorias precoces, poupando recursos do governo.

"Redesenho"

O governo Temer trabalha ainda com o que chama de "redesenho institucional" – o enxugamento e otimização da estrutura do Estado, que inclui as privatizações e venda de bens. A redução de nove ministérios em relação ao governo Dilma (que tinha 32 órgãos com status ministerial) é outra medida que faz parte dessa proposta.

Segundo Rocha Loures, a ideia é que o número de pastas caia para menos de 20. Além disso, o "redesenho institucional" prevê o corte de 25% dos 22 mil cargos comissionados (de indicação política) da administração direta – entre outras medidas.

Para área de infraestrutura e logística, a proposta é firmar parcerias público-privadas (PPPs) e promover concessões públicas de portos, aeroportos, estradas. O novo governo também quer dinamizar a economia ampliando a participação brasileira no comércio internacional por meio de acordos bilaterais.

Já há conversas com emissários do presidente da Argentina, Mauricio Macri, para permitir que o Mercosul não seja um entrave aos acordos comerciais. Houve sinalização positiva de Macri, segundo Rocha Loures.

Outra ideia para engordar os cofres públicos é promover privatizações de estatais e a venda de bens da União que não são bem aproveitados, como imóveis.

"Na nossa avaliação, é preciso melhorar a saúde, educação e segurança, que não são satisfatórias. É preciso ter foco nisso. Distribuir petróleo, por exemplo, não é uma atividade-fim do Estado", diz Rocha Loures ao comentar sobre a possibilidade de privatizar a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras.

O que vem por aí

Veja o conjunto de medidas de curto e longo prazo que serão tomadas pelo governo Temer:

DE CURTO PRAZO

- **Fixar teto para gastos**
- Todos os órgãos federais terão um teto mensal e anual de despesas. A ideia é não gastar mais do que se arrecada.
- **Desvincular as receitas obrigatórias**
- Mudar as regras constitucionais e legais que obrigam o governo a investir uma determinada quantia anual em algumas áreas, como saúde e educação. O objetivo é flexibilizar o orçamento.
- **Desvincular os reajustes do mínimo**
- Hoje, quando o governo fixa o novo salário mínimo, uma série de outros benefícios (sobretudo previdenciários) é reajustada no mesmo percentual. A chamada "desindexação" permitiria que o governo contenha o aumento de despesas.

DE LONGO PRAZO

- **Reformar a Previdência**
- A ideia é fixar uma idade mínima para se aposentar: 65 anos. Isso reduziria o rombo da Previdência, pois evitaria aposentadorias precoces.
- **Melhorar a infraestrutura**

- Firmar PPPs e realizar concessões em áreas como estradas, portos e aeroportos.
- **Ampliar o comércio internacional**
- Intensificar a assinatura de acordos comerciais bilaterais.
- **"Redesenhar" o papel do Estado**

Redefinir a estrutura governamental, dando atenção ao papel essencial do Estado (saúde, educação e segurança) e deixando algumas áreas que não cumprem essas funções. Estão previstas privatizações e a venda de bens não utilizados pela União, como imóveis – medidas que vão reforçar o caixa federal. O corte de pelo menos dez ministérios e de 25% dos 22 mil comissionados federais também faz parte do redesenho institucional do Estado

Empresariado vê sinais de otimismo para a economia com saída de Dilma

13/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



O presidente-executivo do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, manifestou otimismo com o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

"Temos a expectativa de que o governo de Michel Temer direcione o Brasil a um novo tempo de solidez, um país pensado para fluir", disse.

Para ele, "o Brasil não pode mais ficar aprisionado a esse feitiço do tempo, no qual os dias apenas se repetem. O tempo passa rápido e assim deve ser".

Roberto Setubal, presidente-executivo do Itaú Unibanco, também deu sinais de confiança com a mudança no comando do governo.

"Hoje o Brasil inicia um novo capítulo de sua história, sob a presidência interina de Michel Temer, renovando as esperanças em um país mais justo e com maior crescimento econômico", afirmou Setubal, em comunicado.

"Acreditamos que o Brasil tem todas as condições de reverter a atual situação rapidamente e, desde já, desejamos amplo sucesso à equipe que assume a liderança do país", completou.

Wesley Batista, presidente da JBS, disse esperar que o governo "possa dar o próximo passo em direção às reformas estruturantes, para diminuir o custo Brasil".

De acordo com ele, além da reforma da Previdência, é preciso mexer nos tributos e nas relações trabalhistas. "São coisas que sentimos na carne, como é tão caro a operação por aqui."

Já José Augusto Fernandes, diretor da CNI (Confederação Nacional das Indústrias), aponta melhora na percepção do mercado sobre a economia brasileira sob novo governo, mas pondera que é preciso trabalhar para melhorar os fundamentos.

"Não há uma bala de prata, mas cinco ou seis iniciativas que mostrarão que o regime mudou", disse.

Para Antonio Megale, presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), a expectativa é a de que o novo governo adote medidas que

estimulem a retomada da confiança, um dos pontos que têm dificultado a retomada da economia nacional. "Uma visão de longo prazo é fundamental para a previsibilidade, tão necessária para o planejamento e o desenvolvimento."

Segundo Carlos Pastoriza, presidente do conselho de administração da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), o momento é de virar a página da crise política.

"A economia está derretendo e as empresas estão fechando ou demitindo. Não dá mais para postergar os ajustes importantes", afirmou.

Alencar Burti, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), disse que os problemas da economia não serão "resolvidos em um passe de mágica", mas que a retomada acontecerá mais rapidamente à medida que os dilemas enfrentados pelo país forem enfrentados rapidamente.

Novo ministro defende modernização da lei trabalhista, sem retirar direitos

13/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



O ministro do Trabalho, deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS), afirmou nesta quinta-feira (12) que o governo Michel Temer pretende modernizar as relações trabalhistas, mas preservando os direitos dos trabalhadores.

"Em nenhum momento ele [Michel] disse que iria cortar direitos. Disse que os direitos seriam preservados. Não podemos confundir a preservação de direitos com a modernização. A modernização é fundamental para que haja uma estabilidade no mercado e para o trabalhador", afirmou o novo ministro.

Em seu primeiro discurso no posto de presidente interino, Michel Temer citou as reformas trabalhista e previdenciária e disse que modificações nessas áreas terão como objetivo o pagamento das aposentadorias e a geração de emprego. Disse ainda que nenhuma dessas reformas alterará direitos adquiridos.

"É importante que sindicatos e trabalhadores entendam e se tranquilizem que esse será um governo de diálogo", afirmou o novo ministro do Trabalho após tomar posse. Questionado sobre o projeto sobre a terceirização que tramita no Senado, afirmou que ainda irá conversar com Temer em busca de uma orientação sobre o tema.

Nogueira disse ainda que o aumento do desemprego será revertido e que o papel do ministério será criar uma harmonização na relação entre capital e trabalho.

"Não podemos dividir classes. Precisamos unir as classes."

Momento é de resgate da competitividade na indústria, avalia ABRE

13/05/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

O atual momento é importante para que a indústria brasileira tenha atitudes mais positivas, resgate a confiança e a competitividade, avaliou a Associação Brasileira de Embalagem (ABRE) sobre o afastamento da presidente Dilma Rousseff por 180 dias e

entrada de Michel Temer como presidente interino, após a admissão do processo de impeachment no Senado.

"Entendemos que agora é o momento de fomentarmos o resgate da competitividade na indústria brasileira, sendo fundamental sensibilizarmos os nossos empresários a terem uma atitude mais propositiva, aberta a novos modelos, entendendo que a inovação é um pressuposto do nosso desenvolvimento econômico e social", se posicionou a associação, em nota assinada pela presidente Gisela Schulzinger, e pela diretora executiva, Luciana Pellegrino.

A associação lembra que a cadeia produtiva de embalagem é estratégica. "Como representantes de uma cadeia produtiva estratégica para os demais setores produtivos, varejo e sociedade, entendemos que somos interdependentes, mas não poderemos ficar dependentes dos fatos".

A ABRE ressalta que é preciso o resgate da confiança do empresariado e da sociedade brasileira, "acreditando que os fatos serão devidamente apurados, que cresceremos em maturidade e conseguiremos fortalecer nossa economia para darmos vazão a todo o potencial do nosso país e de cada cidadão".

Economia do Brasil cai mais que o esperado em março e contrai 1,44% no 1º tri, aponta Banco Central

13/05/2016 - Fonte: R7



A economia brasileira encerrou o primeiro trimestre com forte contração, após recuar mais do que o esperado em março, informou o Banco Central nesta sexta-feira, mais um sinal de que a recuperação da atividade ainda não dá sinais.

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), contraiu 0,36 por cento em março sobre fevereiro em dado dessazonalizado, o 15º mês seguido de resultado mensal negativo, muito pior do esperado. A expectativa de analistas em pesquisa da Reuters era de queda de 0,10 por cento.

Com esse resultado, o IBC-BR fechou o primeiro trimestre com recuo de 1,44 por cento na comparação com os três últimos meses de 2015.

No quarto trimestre do ano passado, o PIB encolheu 1,4 por cento segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fechando 2015 com contração de 3,8 por cento.

O IBGE divulga os números do PIB referentes ao primeiro trimestre deste ano no dia 1º de junho.

Na comparação com março de 2015, o IBC-Br caiu 6,64 por cento e em 12 meses acumula queda de 5,11 por cento, sempre em números dessazonalizados.

Praticamente todos os setores da economia brasileira ainda sofrem com a forte recessão. As vendas no varejo recuaram 0,9 por cento em março, fechando os três

primeiros meses do ano com queda de 7,0 por cento, pior leitura trimestral desde o início da série histórica do IBGE em 2000.

Afundando ainda mais a economia, o setor de serviços caiu 5,9 por cento em março e terminou o primeiro trimestre com perdas acumuladas no ano de 5,0 por cento.

Após quinze semanas de piora, os economistas consultados na pesquisa Focus do BC melhoraram sua projeção para a economia neste ano, mas ainda assim a expectativa é de forte contração do PIB de 3,86 por cento. Para 2017 é esperado crescimento de 0,50 por cento.

A expectativa é de que, com a mudança de governo, a confiança dos agentes econômicos possa melhorar. Na véspera, Michel Temer assumiu interinamente a Presidência da República, após o Senado decidir dar andamento ao processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, afastando-a por até 180 dias.

Em seu primeiro pronunciamento no comando do país, ele tratou das reformas necessárias para tirar a economia da recessão e restabelecer a credibilidade e a confiança no Brasil, ao mesmo tempo que garantiu a manutenção dos direitos e programas sociais.

O IBC-Br incorpora projeções para a produção no setor de serviços, indústria e agropecuária, bem como o impacto dos impostos sobre os produtos.

Sede em casa facilita microempreendimento

13/05/2016 - Fonte: R7

A cerimonialista Rosângela Maia, 39 anos, moradora de Taguatinga (DF) resolveu abrir o próprio negócio há seis anos. Mas para se tornar microempreendedora individual precisou alugar um escritório para registrar como sede da empresa, a Diversão Eventos.

Paga R\$ 700 mensais de aluguel, mais a tarifa de energia, para manter o local, distante uns dez quilômetros de casa. Com a nova lei sancionada em abril (Lei Complementar 154/2016), que autorizou o uso do endereço da residência para sediar o estabelecimento comercial, Rosângela poderá cortar esse custo do escritório.

Casos como o dela mostram que é possível arrefecer a crise econômica e oferecer alternativa aos milhões de desempregados do país. Desde 2012, aproximadamente 1 milhão de pessoas tem se formalizado como microempreendedores a cada ano, segundo dados do Sebrae. Em 2015, foram 5,6 milhões de inscritos em todo o país e a expectativa é que esse número aumente mais em 2016, confirmando o dinamismo do setor.

A nova lei que autorizou os microempreendedores individuais (MEIs) a registrar o negócio em sua própria casa, sempre que não for exigida a existência de local próprio para o exercício da atividade, veio para ajudar.

Como atendo mais por e-mail e por telefone, não precisarei de um escritório. Isso é um custo a menos para a empresa e um pouco mais de conforto para mim. Consigo assim dar mais atenção à família ao não precisar sair da minha casa — comemora Rosângela.

FACILIDADE

A lei, de iniciativa do deputado Mauro Mariani (PMDBSC), foi aprovada no fim de março pelo Congresso. Ela acrescentou o parágrafo 25 ao artigo 18-A da Lei Complementar 123/2006, que criou o Simples Nacional. A intenção é facilitar a adesão

das pessoas ao Simples, afastando restrições impostas por leis estaduais que não permitem o uso do endereço residencial para cadastro de empresas.

Conforme explica José Carlos Silveira, consultor legislativo do Senado na área de direito econômico e regulação, direito empresarial e do consumidor, a lei cria um ambiente mais propício para a formalização das empresas ao afastar qualquer possibilidade de conflito para a residência funcionar como sede do estabelecimento. Além disso, ao permitir que o MEI dispense o aluguel de um imóvel comercial, a lei reduz despesas, fazendo com que sobrem mais recursos para empreender.

— As melhorias começam, basicamente, com a facilidade para abertura de empresas, desburocratizando o ambiente. E, num país com mais de 10 milhões de desempregados, é mais um estímulo para que ele formalize o negócio — acredita o consultor.

Para Blairo Maggi (PR-MT), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), são grandes os benefícios da lei.

— Empreender ficava mais caro, com aluguel, energia, e segurança. Isso impedia as pessoas de iniciarem um pequeno negócio. Com essa mudança, as coisas se inverteram. Tudo ficou mais barato e ainda é possível contar com a ajuda dos filhos e dos cônjuges para secretariar o processo, coisas que antes não havia condições de fazer — reforça.

SONHOS

O presidente do Sebrae Nacional, Guilherme Afif Domingos, sustenta que muitos profissionais alimentam o sonho de abrir o próprio negócio. Mas, por terem emprego, se mantêm numa espécie de zona de conforto. Ao serem demitidos, recebem o sinal para tentar concretizar o sonho e ir à luta.

Levantamento da Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), com base em dados da Receita Federal, indicou o avanço de registros de microempreendedores individuais no primeiro trimestre de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015.

A pesquisa mostrou que os registros de MEIs cresceram 14,3%, enquanto as microempresas e demais formas jurídicas diminuíram 10,4% e 19,6%, respectivamente.

Para Afif Domingos, os MEIs contribuem para movimentar a economia do país, ressaltando que, nos últimos anos, contingente equivalente à população do Uruguai saiu da informalidade e se tornou microempreendedor.

— Essas pessoas passam a ser tanto contribuintes da Previdência Social quanto beneficiários. Ajudam a gerar renda. E se tiverem sucesso, geram empregos — explica o presidente do Sebrae.

O início do programa de MEIs foi difícil, diz Afif Domingos, que foi secretário especial da Micro e Pequena Empresa do governo federal. Ao registrar o próprio endereço como sede da empresa, muitas vezes o microempreendedor via a prefeitura e as concessionárias de energia, telefone ou água subirem os valores das cobranças pelo serviço por identificar o local como de funcionamento de pessoa jurídica.

Ou então, ao perceberem que era somente a residência do empreendedor, proibiam que aquele endereço fosse usado como sede do estabelecimento. Com a nova lei, o uso do endereço residencial não acarretará em aumento de IPTU, luz e água.

— Por exemplo: o cidadão limpa piscinas e dá o endereço da residência porque presta serviços nas casas dos clientes. Antes ele tinha de ir ao contador, que criava um

endereço e cobrava por isso. Era comum encontrarmos em determinada casa mais de 300 CNPJs de microempreendedores que alugavam aquele endereço para formalizar suas atividades. Agora isso é desnecessário — esclarece.

MODERNIZAÇÃO

Blairo afirma que a lei converge com os novos modelos de trabalho, em que se estimula cada vez mais o home office (escritório doméstico). A popularização da internet e das redes sociais facilitou o trabalho em casa.

Ao autorizar o registro da empresa no endereço residencial, a nova lei não definiu quais as atividades de risco que precisam de regulamentação. Para Blairo, o MEI tem de ter responsabilidade para não incomodar os vizinhos. Lembrou que em caso de barulho ou risco para a vizinhança, há órgãos competentes para fiscalizar e resolver o problema.

Para o Sebrae, o risco é baixo. Os MEIs se concentram, principalmente no setor de serviços, com 42,12% do total de registros. O comércio detém 36,6%. A participação dos outros é pequena: indústria (11,6%), construção (9,44%) e agropecuária (0,08%).

Fórmula de correção do salário mínimo será mantida, diz Meirelles

13/05/2016 - Fonte: G1

O governo manterá o atual formato de correção do salário mínimo, que prevê a atualização dos valores pela inflação do ano anterior e pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, declarou nesta sexta-feira (13) o novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

No ano passado, o Congresso Nacional aprovou e o governo sancionou o atual formato de correção até 2019. Por essa fórmula, o salário mínimo, que serve de referência para 48 milhões de pessoas no país, subirá para R\$ 946 a partir de janeiro de 2017, com pagamento em fevereiro do próximo ano.

A projeção para o salário mínimo no ano que vem consta da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, já enviada ao Congresso Nacional. Para 2018 e 2019, respectivamente, o governo estimou que o salário mínimo seja de R\$ 1.002 e de R\$ 1.067, levando em consideração o sistema de correção que está em vigor.

Para chegar ao percentual de correção do salário mínimo, soma-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior, calculado pelo IBGE, e o resultado do PIB de dois anos antes. O objetivo é proporcionar ganhos reais – acima da inflação – aos assalariados, mas somente se o PIB tiver crescimento.

Meirelles também afirmou que o nome do novo presidente do Banco Central deve ser definido neste final de semana e anunciado na segunda (16). E que o governo Temer vai enviar ao Congresso um projeto para que o cargo perca o status de ministro, mas tenha o foro privilegiado.

Em entrevista ao Bom Dia Brasil na manhã desta sexta, o ministro também afirmou que a prioridade do novo governo será "controlar os gastos públicos."

Vinculação às aposentadorias

Questionado pelo **G1** se as aposentadorias permanecerão vinculadas ao salário mínimo, Meirelles disse que, em um primeiro momento, isso não será alterado, mas não descartou a mudança no futuro.

No documento "Uma Ponte para o Futuro", divulgado em outubro do ano passado, o PMDB, partido do presidente Michel Temer, diz que é preciso acabar com vinculações

constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação; colocar um fim em "todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais".

"Governar é definir prioridades. Temos de definir as medidas que fazem mais efeitos em um primeiro momento e, a partir daí, se fazer um encadeamento lógico das medidas que precisam", declarou Meirelles.

Sinda sobre a vinculação das aposentadorias ao salário mínimo, o novo ministro acrescentou: "Sim, as coisas serão alteradas gradualmente no devido tempo e discutidas com o Congresso e com a sociedade".

Atualmente, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado, concede benefícios para mais de 30 milhões de pessoas no Brasil. Se a vinculação ao salário mínimo não for mantida, os benefícios não serão mais corrigidos pela inflação e podem até mesmo ficar menores do que o salário mínimo.

Scania vende primeiros caminhões a etanol

13/05/2016 - Fonte: Automotive Business



A Scania vendeu à fabricante de produtos químicos Clariant três caminhões P 270 4x2 movidos a etanol. Chamados de Ecotrucks, os veículos utilizam motor diesel de 8,9 litros adaptado para rodar com 95% de etanol e 5% de Master Batch 95, um aditivo com propriedades antidetonantes e antioxidantes fabricado no Brasil pela empresa química.

Os caminhões rodam dentro da Clariant carregando tanques com 25 mil litros. Eles atendem o Proconve P7 sem utilizar Arla 32 e emitem 91% a menos de gás carbônico (CO2) que os veículos equivalentes movidos a diesel.

A Clariant não informou os gastos com o uso de diesel versus o etanol com aditivo, mas dados obtidos com a Scania demonstram que o desembolso com o combustível de origem vegetal e aditivado é bem superior ao com diesel.

No exemplo de uma viagem de São Paulo a Ribeirão Preto, o gasto com etanol ED 95 é 58% mais alto que o de diesel S10 mais Arla 32 num caminhão com Peso Bruto Total Combinado (PBTC) de 40 toneladas.

"Nosso objetivo não era a economia de combustível, mas comprovar nossa tecnologia", afirma o gerente de sustentabilidade da Clariant para a América Latina, Paulo Itapura. "O que posso dizer é que os caminhões atendem nossos requisitos de emissões e estamos felizes com os resultados obtidos."

Cada um dos três Scania P 270 opera de segunda-feira a domingo, entre 300 e 350 horas por mês, levando matérias-primas e produtos acabados de um canto para outro na unidade de Suzano. A distância percorrida é baixa, cerca de mil quilômetros por mês cada um.

A produção local do aditivo Master Batch ED 95 foi essencial para a viabilidade do projeto pela otimização de custos e de logística. Ele permite que motores desenhados

para consumir diesel utilizem etanol hidratado, ajustando as características do combustível às necessidades do motor para obter um bom funcionamento do veículo.

As partes do motor que entram em contato com o etanol são diferentes, como os pistões e também as unidades injetoras, que tem maior vazão para compensar o menor poder calorífico do etanol comparado ao diesel. E a taxa de compressão é elevada de 18:1 para 28:1.

Além de utilizar o aditivo da própria Clariant, os caminhões já consumiram etanol feito numa unidade pré-comercial em Straubing, na Alemanha, a partir de bagaço de cana brasileiro. A empresa detém know-how para produzir etanol celulósico ou de segunda geração com custo inferior ao do álcool de cana-de-açúcar.

Vale dizer que o aditivo ED 95 também pode ser utilizado com o mesmo álcool hidratado que é distribuído nos postos. Esse combustível é fornecido para as empresas de ônibus MobiBrasil e Tupi, que em 2011 começaram a fazer transporte urbano com veículos equipados com o mesmo motor Scania dos Ecotrucks.

“O exemplo da Clariant está levando ao interesse de outras empresas, que já consultam a Scania sobre a solução”, afirma o gerente de desenvolvimento de negócios da Scania no Brasil, Celso Mendonça.

Exportações de gasolina e diesel do Brasil crescem fortemente até abril

13/05/2016 - Fonte: G1

As exportações brasileiras de gasolina e óleo diesel cresceram fortemente nos primeiros quatro meses deste ano, enquanto o país vive a pior recessão econômica em décadas, com a contribuição de uma crise política, que tem se refletido em uma redução do consumo interno dos combustíveis desde o ano passado.

As vendas de diesel ao exterior somaram 245,5 mil barris em abril, ante nenhuma venda externa no mesmo mês do ano passado, contribuindo para uma alta de 192,4% nos primeiros quatro meses de 2016, ante o mesmo período de 2015. Os dados foram publicados nesta quinta-feira (12) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

As exportações de gasolina somaram 948,549 mil barris em abril, ante 955 barris embarcados no mesmo mês do ano passado, permitindo um salto das vendas externas de 996,5% nos quatro primeiros meses do ano, em relação a um ano antes.

Inversão de rota

O Brasil enviou pelo menos duas cargas de 37 mil toneladas de diesel para a Europa nas últimas semanas, invertendo a rota tradicional e destacando um enfraquecimento da maior economia sul-americana.

Em março, houve um crescimento de 229% das exportações de diesel do Brasil ante o mesmo mês de 2015, refletindo uma grande carga enviada pela Petrobras à Argentina, segundo informou uma fonte da empresa à Reuters.

Já as importações de diesel em abril somaram 3,72 milhões de barris, alta de cerca de 20% ante o mesmo período do ano passado. Entretanto, no acumulado do ano até abril, houve uma queda de 26,8% nas importações de diesel pelo país, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Já as importações de gasolina em abril somaram 1,27 milhão de barris, queda de 45% em relação ao mesmo mês de 2016. Entre janeiro e abril, as compras externas de gasolina foram de 4,97 milhões de barris, queda de 43,1% em relação aos mesmos meses de 2015.

Petróleo

As exportações de petróleo pelo Brasil em abril somaram 24,7 milhões de barris, alta de 1,6% ante o mesmo período do ano anterior. Já as importações de petróleo somaram 4,57 milhões de barris em abril, queda de 22% antes o mesmo mês de 2015.

Novo ministro do Trabalho defende terceirização na atividade fim

13/05/2016 - Fonte: Jornal Extra/Globo

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse ser favorável à regulamentação da terceirização e que não vê problemas que o processo ocorra nas atividades fim das empresas, desde haja garantias para os trabalhadores.

Segundo ele, a terceirização já é um fato no país. Ele disse também vai conversar com o presidente interino Michel Temer sobre a reforma trabalhista para negociar as medidas de modernização trabalhista com empregadores e trabalhadores.

— Precisamos ter um regramento para a terceirização que já existe no país. Faremos isso com amplo diálogo entre os atores envolvidos — disse o ministro.

Ele destacou que o presidente assegurou no discurso de posse que vai preservar direitos e que a orientação valerá para a reforma da CLT.

BMW lançará carro elétrico em 2021 para enfrentar concorrência

13/05/2016 - Fonte: Jornal Extra/ Gloobo

A resposta da BMW ao desafio da Tesla Motors ficará pronta em 2021, anos depois de a Audi e a Mercedes Benz concretizarem o plano de terem seus próprios veículos elétricos de longo alcance.

Com a Tesla planejando entrar no mercado de carros de luxo no ano que vem com o Model 3, a BMW está trazendo o iNext, que irá substituir o sedã Série 7 como modelo top da marca. O veículo chegará oito anos após a introdução do elétrico i3 em 2013.

“O iNext será nosso propulsor de inovação, com direção autônoma, conectividade digital, design leve inteligente e interior totalmente novo e finalmente levará a próxima geração de eletromobilidade para as ruas”, disse o CEO Harald Krüger, na reunião anual de acionistas da IBM em Munique na quinta-feira.

O novo carro é a peça central do esforço da BMW para defender sua posição no mercado de carros de luxo em um momento em que a mudança no gosto dos consumidores desafia o foco da fabricante alemã nas emoções das rodovias rápidas.

A BMW está realizando uma mudança de estratégia sob pressão da Tesla e de rivais tradicionais como a Mercedes-Benz, da Daimler, assim como dos riscos representados pela Apple.

NO CAMINHO CERTO

A BMW deverá perder o primeiro lugar em vendas globais de carros de luxo neste ano pela primeira vez desde 2005. A Mercedes, que tira proveito de uma linha de produtos rejuvenescida e de uma série de modelos totalmente novos, assumiu a liderança durante o primeiro trimestre, quando suas receitas subiram mais de duas vezes mais rapidamente que as da BMW.

A batalha pela permanência na liderança contribuiu para reduções de preços para atrair compradores para carros relativamente mais antigos da BMW. O preço médio dos veículos da BMW caiu 5,9 por cento, para cerca de 33.700 euros (US\$ 38.500), no primeiro trimestre, quando a demanda por carros mais baratos, como o hatchback

X1, superaram as vendas do sedã Série 7 reformulado, segundo cálculos da Bloomberg. Contudo, a BMW disse que está a caminho de cumprir as metas de 2016 de entregar pequenos aumentos dos lucros antes de impostos e das vendas de carros pelo sétimo ano recorde seguido, disse Krüger.

“Após nosso primeiro trimestre, estamos no caminho certo para o ano todo”, disse Krüger, que está no comando da empresa centenária há um ano. “Sempre salientamos que nosso centenário é um trampolim para o futuro.

O problema mais urgente do Brasil é o déficit fiscal, em 10% do PIB'

13/05/2016 - Fonte: Jornal Extra/ Globo

Marijke Zewuster, chefe da área de Pesquisas de Mercados Emergentes do ABN-Amro, acredita que o impeachment deve ajudar a retomar a confiança na economia brasileira, mas ela afirma que as incertezas continuarão elevadas.

A senhora acredita num período de lua de mel do mercado com o Brasil após o impeachment?

Veremos mais confiança no mercado. Já vimos isso com o real. A questão é que acredito que não se deve ser muito otimista porque, seja quem governar o Brasil, terá um grande trabalho para colocar a economia de volta nos trilhos.

No fim das contas, qualquer governo deve assegurar que os desequilíbrios estruturais melhorem. Isso significa melhorar a infraestrutura e buscar solucionar a baixa taxa de poupança e de investimentos.

Não se espera que o impeachment leve, imediatamente, a uma melhora nas expectativas de crescimento, pode até ocorrer o contrário. Para lidar com a questão fiscal, será preciso fazer mais ajustes, que não são bons para o crescimento, embora sejam necessários.

Quanto tempo acredita que vai durar essa lua de mel?

Muito vai depender de como o Congresso vai reagir às propostas de um novo governo e se o governo estará disposto a implementar reformas. Se não tiver apoio, não se verão muitas mudanças.

O Brasil também depende do ambiente externo para seu crescimento. Ainda há muito a ser solucionado. Podemos ter alguma melhora da confiança, mas as incertezas vão continuar elevadas.

A situação fiscal é o maior desafio da economia brasileira neste momento?

O problema mais urgente é o déficit fiscal, que está em torno de 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Qualquer que seja o padrão usado, é muito alto. O nível dos impostos já é elevado, então, aumentar impostos não é muito desejado.

Parte do ajuste deve se dar pelo lado dos gastos, mas não é fácil, porque há uma parcela grande de receitas com vinculações. Então, provavelmente se verá uma mistura entre corte de gastos e aumento de impostos.

A senhora vê riscos para a administração de Temer?

Sou uma economista, e a questão política não é minha especialidade. Mas o que se vê na operação Lava-Jato é que o PT não é o único envolvido. Isso é parte dos aspectos que podem afetar o período de lua de mel do mercado.

Qual é o cenário que vê para a economia brasileira?

Nossa projeção é de queda de 4% este ano e leve crescimento em 2017, de 0,5%. Mas esperamos alguma melhora no segundo semestre.

Lucro líquido da Copel cai 70% no primeiro trimestre

13/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A Companhia Paranaense de Energia (Copel) registrou lucro líquido de R\$ 136 milhões no primeiro trimestre de 2016, retração de 71% em relação ao resultado obtido no mesmo período do ano passado, quando a estatal alcançou um resultado de R\$ 470 milhões. Os dados constam do balanço da companhia, divulgado pela empresa na noite desta quinta-feira (12).

A geração de caixa da estatal medida pelo Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) somou R\$ 528,3 milhões, um recuo de 36,7% ante primeiro trimestre de 2015.

Segundo a companhia, o número reflete o menor volume de energia despachada pela termelétrica de Araucária, com a recuperação do nível dos reservatórios das hidrelétricas.

Além disso, a queda do indicador é atribuída ao recuo de 4,3% no mercado cativo e à estratégia do braço de Geração e Transmissão da Copel de alocar mais energia no mercado de curto prazo no início de 2015, que impactou um resultado melhor naquela ocasião.

90%

foi quanto recuou a receita operacional líquida da Usina Elétrica a Gás (UEG) de Araucária no primeiro deste ano, somando R\$ 55,8 milhões de janeiro a março contra R\$ 560,1 milhões no mesmo período de 2015.

O resultado é reflexo do menor volume de energia despachado pela termelétrica – 78 GWh no 1T16 contra 915 GWh no 1T15 – em decorrência da recuperação do nível dos reservatórios das hidrelétricas. Com isso, a UEG Araucária registrou prejuízo de R\$ 14,3 milhões frente ao lucro líquido de R\$ 155,3 milhões nos primeiros três meses do ano passado.

A receita operacional da Copel no primeiro semestre deste ano atingiu R\$ 3 bilhões, valor 27,5% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado. Os custos e despesas atingiram R\$ 2,7 bilhões, redução de 23,2% em comparação ao mesmo período de 2015.

Entre outros fatores, a companhia atribuiu o resultado ao recuo de 33% no volume de energia comprada para a revenda, influenciado pelo menor custo de aquisição do insumo no ambiente regulado.

Além disso, destaca a queda da tarifa de energia de Itaipu e o reforço das cotas de energia mais barata, provenientes de usinas que não renovaram as concessões em função da MP 579, de 2013.

Desempenho das empresas

A receita operacional da Copel Geração e Transmissão (GeT) foi de R\$ 751,7 milhões, valor 17,3% inferior ao registrado no primeiro trimestre de 2015, de R\$ 908,9 milhões. Neste ano, a Copel GeT alocou menos energia no mercado de curto prazo (309 MW

médios no 1T16 ante 1.524 MW médios no 1T15), o que, junto com o menor preço do PLD no período, contribuiu para o resultado. Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 390,8 milhões, redução de 18,8% ante mesmo período de 2015.

Já a Copel Distribuição apresentou receita operacional líquida de R\$ 2 milhões, recuo de 20,1% sobre o resultado do primeiro trimestre de 2015. O desempenho é resultado, entre outros fatores, da queda de 4,3% no mercado cativo e no mercado fio. Os custos e despesas operacionais apresentaram retração de 16,7%, alcançando R\$ 2.172,2 milhões no período.

Cobre opera em alta, após recuo forte no pregão anterior

13/05/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

Os contratos futuros de cobre operam em alta na manhã desta sexta-feira, recuperando-se parcialmente das perdas mais acentuadas registradas na sessão anterior. Na quinta-feira, dados fracos dos Estados Unidos e a valorização do dólar pressionaram o metal.

Na London Metal Exchange (LME), o cobre para três meses subia 0,5%, a US\$ 4.635 a tonelada, às 8h35 (de Brasília). Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para julho avançava 0,31%, a US\$ 2,0810 a libra-peso, às 8h45.

O metal usado na indústria sofreu na quinta-feira não só com os dados dos EUA, mas também com o dia fraco para as ações em Nova York. O analista Dee Perera, da Marex Spectron, disse que a recuperação desta manhã, embora modesta, ocorre porque os metais fecharam ontem nas mínimas do dia, ou perto disso.

Mais adiante, analistas avaliam que o cobre pode voltar a ficar pressionado. "Em geral, ainda há a necessidade de uma maior correção [nos preços dos contratos], porque o movimento de alta das semanas anteriores foi impulsionado em grande medida pela especulação e, na minha avaliação, ainda não houve uma saída suficiente de especuladores do mercado", disse Daniel Briesemann, analista de commodities do Commerzbank.

Entre outros metais básicos negociados na LME, o alumínio operava em baixa de 0,6%, a US\$ 1.536 a tonelada, o zinco subia 0,6%, a US\$ 1.881 a tonelada, o níquel caía 0,2%, a US\$ 8.615 a tonelada, o chumbo tinha alta de 0,7%, a US\$ 1.723,50 a tonelada, e o estanho avançava 1%, a US\$ 16.835 a tonelada.

CSN deve reajustar o aço em junho

13/05/2016 - Fonte: Diário do Comércio

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está vendo espaço para implementar um aumento de 10% nos preços de aço em junho, no terceiro reajuste consecutivo desde abril, apesar da recente queda nos preços da liga na China, afirmou ontem o diretor comercial da empresa, Luis Fernando Martinez.

"Fizemos aumento de preço em abril e maio para a distribuição. Com estes dois aumentos eu tenho espaço para mais um aumento em junho", disse Martinez, durante teleconferência sobre os resultados da empresa no primeiro trimestre.

Segundo o executivo, apesar do recuo nos preços do aço na China nas últimas semanas, o diferencial de preços entre o mercado brasileiro e o internacional está da ordem de 5% a 10%, o que justificaria um novo reajuste.

Martinez afirmou que não vê problemas na implementação do terceiro aumento em junho e que a companhia vai buscar o mesmo nível de reajuste junto a clientes industriais.

A CSN divulgou ontem que teve prejuízo líquido de R\$ 831 milhões no primeiro trimestre, revertendo resultado positivo de R\$ 392 milhões obtido um ano antes.

Durante a teleconferência, o presidente-executivo da CSN, Benjamin Steinbruch, afirmou que a empresa deve melhorar suas margens nos próximos trimestres apoiada no reajuste dos preços e em um eventual início da recuperação da economia.

A companhia pretende investir este ano 45% menos do que o desembolsado em 2015, R\$ 1,2 bilhão, dos quais R\$ 500 milhões serão destinados para a conclusão em junho do forno de clínquer para produção de cimento na usina da empresa em Volta Redonda (RJ). "Temos uma perspectiva de melhora da economia e o cimento vai reagir rápido", disse Steinbruch.

O executivo afirmou que a empresa segue focada em reduzir o nível de endividamento, que no primeiro trimestre cresceu para 8,67 vezes o Ebitda, e que espera concluir até o final deste semestre venda de ativo que possa ajudar neste objetivo. Steinbruch, porém, não deu detalhes sobre o ativo que poderá ser vendido, embora um dos principais seja o terminal de contêineres em Sepetiba (RJ).

Usiminas - Durante a teleconferência, aberta apenas a analistas de mercado, executivos da CSN não se manifestaram sobre a suspensão pela Justiça de seus indicados para o Conselho de Administração da rival Usiminas, cuja realização na quinta-feira também foi suspensa por decisão judicial.

Apesar de acidentes ocorridos na usina de Volta Redonda no início deste ano, que culminaram com a morte de trabalhadores, Martinez afirmou que a CSN mantém a previsão de vendas de aço de 5,5 milhões de toneladas, das quais 3,5 milhões serão no mercado interno.

As ações da CSN encerraram nesta quinta-feira em queda de 3,2 por cento, cotadas a 9,63 reais, enquanto o Ibovespa teve alta de 0,9 por cento.

Nissan projeta lucro 13% maior no ano fiscal 2016-2017

13/05/2016 - Fonte: Automotive Business



A Nissan projeta aumentar seu lucro líquido em até 13,6% para um valor equivalente a US\$ 5 bilhões, considerando a taxa média de 120 ienes por US\$ 1 dólar, no ano fiscal 2016, que começou em 1º de abril deste ano e encerra em 31 de março do ano que vem.

No exercício 2015, correspondente ao período entre 1º de abril de 2015 e 31 de março deste ano, a montadora obteve ganhos de US\$ 4,4 bilhões, segundo os dados do balanço financeiro divulgados na quinta-feira, 12.

Para o lucro operacional, é projetado crescimento de 3%, para US\$ 6,8 bilhões no próximo período fiscal. No exercício anterior, foram computados US\$ 6,6 bilhões, segundo o relatório. A Nissan espera ainda aumentar seu faturamento líquido em

10,8%, passando de US\$ 101,4 bilhões consolidados no ano fiscal 2015 para US\$ 112,4 bilhões para o próximo exercício fiscal.

Em 2015, as vendas globais da marca superaram as do ano anterior em 2%, para 5,42 milhões de unidades. Para o ano fiscal que está em curso, as projeções apontam para a venda de 5,6 milhões de unidades, o que representaria alta de 3,3% sobre o volume anterior e equivalente a uma participação de 6,3% no mercado mundial.

“Estes sólidos resultados refletem o sucesso da nossa ofensiva contínua no desenvolvimento de produtos, particularmente no mercado norte-americano”, afirmou Carlos Ghosn, CEO e presidente mundial da Nissan.

“A demanda crescente por novos modelos combinada a uma eficiência de custos contínua nos ajudou a superar dificuldades em termos de volatilidade das condições de comércio em diversos mercados emergentes”.

“No próximo ano vamos entregar ainda mais inovação nos nossos produtos – particularmente em sistemas de condução autônoma – e crescentes sinergias por parte da Aliança Renault-Nissan.

Olhando além, esperamos por uma evolução contínua da performance da Nissan focando nos objetivos do plano de médio prazo Power 88. No entanto, temos adotado previsões cautelosas em relação ao atual ano fiscal dada a volatilidade das taxas de câmbio e dos mercados”, sinalizou.

Além do balanço financeiro, Ghosn anunciou nesta mesma data uma nova aliança estratégica com a Mitsubishi na qual a Nissan comprará 34% das ações da nova controlada.

Governo incentiva importação de motores

13/05/2016 - Fonte: Automotive Business



Uma mudança promovida há quase um ano na legislação que regula ex-tarifários para autopeças, dispositivo que reduz para apenas 2% o imposto de importação normalmente de 18%, 16% ou 14%, tornou mais fácil a concessão do incentivo e está aumentando o volume de componentes beneficiados com a alíquota mínima.

Atendendo a pedidos dos fabricantes de veículos e fornecedores, somente este ano, em março e abril, três resoluções da Camex (Câmara de Comércio Exterior) acrescentaram 121 itens à lista de importações incentivadas para o setor automotivo, incluindo até 11 motores montados. Ao todo, desde 2012 a indústria conseguiu a exceção tarifária para 390 peças e sistemas.

Até 2015, a redução do imposto era concedida somente para “autopeças sem produção similar nacional”. Em junho do ano passado a Camex alterou esta regra, passando a enquadrar no regime de ex-tarifário componentes para os quais a indústria alegar “inexistência de capacidade de produção nacional equivalente”.

A alteração foi feita por acordo entre governo, Anfavea, que reúne os fabricantes de veículos, e Sindipeças, que agrega os fornecedores de componentes. O objetivo era facilitar e incentivar as importações de itens para elevar mais rapidamente o nível

tecnológico dos produtos nacionais, atendendo também os objetivos da política industrial para o setor, expressos no programa Inovar-Auto, que entre outras metas prevê o aumento da eficiência energética dos veículos produzidos no País.

Na prática, contudo, novamente os fabricantes de veículos conseguiram empurrar mais itens para a lista de importações incentivadas do que queriam seus fornecedores. Exemplo maior dessa "carona" aplicada pela Anfavea no Sindipeças é a redução a 2% da alíquota de importação para 11 motores e diversos tipos de transmissões.

"Contrariamente à nossa posição, foi concedido o ex-tarifário a produtos para os quais existe capacidade de produção nacional equivalente, como os motores do ciclo otto, diesel e transmissões.

Temos discutido com o governo e demais entidades sobre isso", afirma Flavio Del Soldato, integrante do conselho de administração do Sindipeças responsável pela área de Comércio Exterior. "O Sindipeças é favorável à concessão de ex-tarifários para autopeças nos termos da legislação vigente", reforça.

FALTA DE CAPACIDADE

A redução tarifária de 18% para 2% concedida em março passado pelo período de um ano inclui uma cota de até 27 mil unidades para 10 modelos de motores ciclo otto (gasolina ou bicompostível) importados por diversos fabricantes instalados no País (veja [aqui](#) a lista completa).

A maior cota, de 34 mil, é destinada à importação de um motor 2.0 flex, provavelmente usado pela Renault no Duster e Oroch; e a segunda maior, de 25 mil propulsores 2.5, deve ser para a versão flex da nova picape S10, da General Motors. Motores turbinados usados por Volkswagen, Audi, Jaguar Land Rover e BMW também estão na lista do imposto reduzido.

Sem teto máximo de importação definido, a FCA conseguiu incluir seu motor diesel 2.0 usado pelo Jeep Renegade e pela Fiat Toro, além da transmissão automática de nove marchas da ZF que equipa as versões topo de linha de ambos os veículos.

Em outra lista publicada pela Camex no Diário Oficial da União em abril passado, 60 componentes foram incluídos no regime de ex-tarifário.

Entre eles estão itens como bicos injetores, módulos de injeção direta de combustível, assistência elétrica de direção, câmeras de ré, placas de circuito de rede, barras de alumínio de para-choques, conjuntos de para-brisas com sensor de chuva integrado, pinça de freio a disco, teto solar, diferencial traseiro para veículos 4x4 e até sistemas multimídia de infoentretenimento.

Como se nota, muitos desses componentes e sistemas podem ser produzidos no Brasil, mas não são por falta de escala competitiva ou porque não houve investimento dos fornecedores em capacidade local de fornecimento, o que envolve tecnologia, meios de produção e mão-de-obra.

"Com a introdução do Inovar-Auto, muitas montadoras, em especial as de veículos premium, instalaram fábricas no País para a produção de modelos de última geração e baixo volume. Isso pode inviabilizar, em um primeiro momento, o fornecimento por meio da indústria nacional de autopeças", explica Del Soldato.

"Essa situação se agrava na medida em que fabricantes aqui já instaladas e líderes de mercado, ao perderem market share, vão tratando de renovar suas linhas, substituindo os modelos mais antigos, com elevado conteúdo regional, por outros atualizados e mais dependentes, a princípio, de peças importadas", acrescenta.

INCENTIVO À PRODUÇÃO NACIONAL

Segundo esclarece o conselheiro do Sindipeças, os pleitos de novos ex-tarifários, revogação de existentes e alteração de redação só podem ser formulados e apresentados à Camex por entidades representativas do setor privado, e não por um fabricante isoladamente.

A ideia é incentivar a importação por tempo limitado, para que depois, com ganho de escala, os componentes comecem a ser produzidos no Brasil. “Uma das premissas do regime de ex-tarifário de autopeças é o estímulo ao adensamento da cadeia produtiva de autopeças. A expectativa é que a importação com o imposto de importação reduzido propicie a produção no País de peças que hoje são importadas”, destaca Del Soldato.

A “briga” entre incentivar importações de componentes e produzi-los no País já tem quase duas décadas, período no qual os fabricantes de veículos instalados no Brasil encontraram no exterior uma maneira mais fácil de acelerar a modernização de seus produtos com custos mais baixos.

Assim conseguiram, em 2001, aprovar uma lei que concedia desconto de 40% sobre o imposto de importação de todas as autopeças destinadas ao processo produtivo. Este expediente, aliado à taxa de câmbio extremamente favorável em certos períodos, desviou bilhões de reais em compras das montadoras para o exterior.

Só em 2010 o Sindipeças conseguiu revogar a lei e a alíquota cheia de 18%, 16% e 14% passou a ser aplicada nas importações de todas as autopeças. Ao mesmo tempo, em acordo com as montadoras, foi criada a primeira lista de ex-tarifário, com cerca de 100 componentes automotivos sem fabricação nacional – como eletrônicos, por exemplo.

Até o último dia de 2012, a lista de autopeças com imposto reduzido ficou praticamente estacionada, fechando aquele ano com 125 itens. Este volume saltou para 269 no fim de 2014.

Após a flexibilização da regulamentação, em junho de 2015, mais componentes foram agregados ao benefício, chegando ao número atual de 390. As isenções concedidas em março e abril passados foram requisitadas no segundo semestre de 2015.

Outra janela para novos pedidos, revogações e alterações de ex-tarifários está prevista para ser aberta entre 27 de junho e 1º de julho próximos.

Nissan anuncia compra de 34% da Mitsubishi por US\$ 2,2 bilhões

13/05/2016 - Fonte: Automotive Business



A Nissan e a Mitsubishi anunciaram na quinta-feira, 12, um novo acordo estratégico no qual a Nissan vai comprar 34% das ações da Mitsubishi em uma transação no valor equivalente a US\$ 2,2 bilhões (237 bilhões de ienes) previsto para ser assinado até o fim deste mês. A nova aliança irá estender uma parceria já existente entre as duas montadoras japonesas há cinco anos.

Pelo novo acordo, as empresas acertaram em cooperar de forma conjunta em áreas como compras, plataformas de veículos, compartilhamento de tecnologias, utilização conjunta de fábricas, incluindo ações em mercados em crescimento.

Entretanto, a transação ainda está sujeita à assinatura do acordo definitivo, o que deve ser feito até o fim deste mês, além de ser submetida às aprovações regulatórias. As empresas preveem que o acordo deva ser concluído até o fim deste ano.

Neste contexto, a Nissan poderá nomear até quatro diretores para o conselho da Mitsubishi, incluindo para o cargo de presidente do conselho da nova controlada. As empresas informam que estas condições não serão válidas caso o acordo não seja concluído em até um ano.

“Esta é uma transação inovadora em que ambas as empresas ganham. Cria uma nova força dinâmica na indústria automotiva que irá cooperar intensivamente e gerar sinergias consideráveis. Seremos o maior acionista da Mitsubishi, respeitando a sua marca, a sua história e aumentando as suas perspectivas de crescimento. Iremos apoiar a Mitsubishi a enfrentar os seus desafios e recebê-los como o membro mais recente da nossa família alargada com esta aliança”, declarou o CEO e presidente global da Nissan, Carlos Ghosn, durante o anúncio do acordo à imprensa feito no Japão juntamente com o CEO e presidente da Mitsubishi, Osamu Masuko.

Ghosn acrescentou que o papel da Nissan será o de preservar e nutrir a marca Mitsubishi e que o acordo foi possível graças à abertura e honestidade da parceira quando à escala de seus problemas.

Por sua vez, Masuko disse que sua empresa precisava de ajuda e que uma parceria mais profunda com a Nissan é uma via importante para restabelecer a confiança da marca: “Tivemos que fazer algo bastante ousado. Não é uma tarefa fácil restaurar a confiança”, declarou.

“Na sua história de parcerias bem-sucedidas, a Nissan desenvolveu um conhecimento profundo de maximização de benefícios por meio de parcerias de aliança. Este acordo irá criar valor acrescentado para as duas empresas progredirem em direção ao futuro. Iremos nos beneficiar no longo prazo ao aprofundar a nossa parceria estratégica, incluindo partilhar recursos no desenvolvimento, assim como compras conjuntas”, disse Masuko.

Para a Nissan, os ganhos também estão na estratégia de mercado mundial, principalmente na Ásia, onde a Mitsubishi goza de uma rede sólida de distribuição, entre outras vantagens.

“Por que gastar duas vezes? Um desenvolvimento pode ser feito e compartilhado”, disse Ghosn, enfatizando que as duas empresas podem também compartilhar seus desenvolvimentos nas áreas das picapes, carros elétricos e veículos autônomos.

No Grupo Mitsubishi, a Mitsubishi Heavy (divisão industrial) tem a maior participação, com 20% das ações, seguida pela Mitsubishi Corp. (divisão comercial), que detém 10%, enquanto o Banco de Tóquio Mitsubishi-UFJ (divisão financeira) tem 3,9%. Juntos, eles detêm um total de 34% da Mitsubishi Motors.

Financiamento de veículos novos recua 31,5% em quatro meses

13/05/2016 - Fonte: Automotive Business



O volume de financiamentos de veículos novos teve nova queda no encerramento do primeiro quadrimestre do ano ao registrar 363,6 mil unidades, entre leves e pesados, ficando 31,5% abaixo das 531,4 mil unidades apuradas em iguais meses do ano passado.

Os dados foram divulgados na quinta-feira, 12, pela Cetip, que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG), cadastro das restrições financeiras de veículos dados como garantia em operações de crédito no País.

O resultado foi puxado pelo segmento leve, de automóveis e comerciais leves, cuja variação negativa foi de 32,4% no acumulado de janeiro a abril sobre mesmo período de 2015. As vendas parceladas somaram 344,3 mil unidades contra as 509 mil registradas há um ano. Os volumes se referem a veículos novos.

Já em pesados, que considera caminhões e ônibus, a queda foi de 14,1% no acumulado, para 19,2 mil unidades.

Na categoria de usados a queda foi de 9,8%, bem abaixo da verificada em veículos novos, ao passar de 969,2 mil unidades no primeiro quadrimestre de 2015 para 874,2 mil no acumulado deste ano, na soma de leves e pesados.

Ambos os segmentos tiveram retração semelhante, de 9,8% e 9,1%, respectivamente, para 836 mil automóveis e comerciais leves e 38,1 mil caminhões e ônibus.

MODALIDADES E PRAZOS

O crédito direto ao consumidor (CDC) continua como o modo preferido de clientes quando realizam suas compras parceladas de veículos. Em abril, a modalidade respondeu por 78% dos financiamentos, embora apresente queda de 19% na comparação com igual mês do ano passado devido ao menor volume de vendas em todos os segmentos, incluindo motos.

Consórcios aparecem na sequência, com 17,6% de participação nas compras a prazo de veículos, considerando os dados de abril. Em volumes de contrato, houve queda de 10,2% no comparativo anual.

O prazo médio dos financiamentos ficou em 36 meses para novos em abril, há um ano este índice foi de 37,5 meses também para novos. Incluindo usados, a média ficou estável em 40 meses.

Lucro líquido da Fras-le recua 15,8% no 1º trimestre

13/05/2016 - Fonte: Automotive Business



No primeiro trimestre o lucro líquido da Fras-le ficou 15,8% abaixo do registrado em igual período do ano passado ao atingir R\$ 11,7 milhões, informa em comunicado divulgado na terça-feira, 12, ao mercado financeiro. Por outro lado, o faturamento líquido teve leve alta de 0,5% na mesma base de comparação, para R\$ 204,3 milhões.

O faturamento líquido no mercado doméstico foi de R\$ 89 milhões ou 43,5% do faturamento líquido total, o que representa queda de 8,1% sobre o primeiro trimestre de 2015, enquanto que no mercado externo os ganhos seguiram na direção contrária, com aumento de 8,2%, para R\$ 115,3 milhões, 56,5% do total. Em valores, as exportações da Fras-le a partir do Brasil diminuíram 11,3% ao totalizar US\$ 18,7 milhões.

No relatório, a empresa destaca que mesmo que os volumes de vendas para as montadoras ainda não apresentem sinais de recuperação, o segmento de reposição teve um bom desempenho, o que contribuiu para a manutenção dos volumes de vendas e para a evolução das receitas.

O resultado também se deve ao rigoroso controle nos custos operacionais e ao câmbio favorável às exportações, cuja média foi de R\$ R\$ 3,91 no primeiro trimestre deste ano contra R\$ 2,86 de um ano antes.

Para Ricardo Reimer, diretor superintendente e de relações com investidores, "a Fras-le se manterá cautelosa e com o foco contínuo em busca de oportunidades de participação no mercado mundial".

Segundo o executivo, apesar das adversidades atuais, a expectativa para os próximos trimestres do ano é de manutenção dos resultados obtidos ao longo do ano passado

Volkswagen alcança produção de 300 mil motores EA211 em São Carlos

13/05/2016 - Fonte: Automotive Business



A Volkswagen alcança a marca de 300 mil motores EA211 produzidos em São Carlos (SP) desde que iniciou sua montagem, em 2013. O modelo que completou o volume foi o 1.4 TSI, o mais recente integrante da família de motores e que equipa o Golf.

Além do marco, a fábrica também passa a produzir em sua nova linha de usinagem o virabrequim, cujo investimento é parte do pacote de R\$ 460 milhões anunciados em julho do ano passado e que serão aplicados até 2018.

Na unidade são produzidas as versões 1.0l, 1.0l TSI, 1.4l TSI e 1.6l dos propulsores da família EA211 que equipam os modelos Up!, Cross Up!, Fox, SpaceFox, Space Cross, Golf, Gol, Voyage, Saveiro e Saveiro Cross.

“A ampliação da oferta de produtos, com a chegada do motor 1.4l TSI, e a implementação da linha de usinagem de virabrequim tornam a operação brasileira ainda mais estratégica para o grupo”, declara em nota o presidente e CEO da Volkswagen do Brasil, David Powels.

Entre 2012 e 2013 a fábrica já havia recebido R\$ 425 milhões para a construção do novo local que abrigaria as novas linhas de produção dos motores EA211 e para o aumento de capacidade produtiva dos propulsores EA111, totalizando quase R\$ 900 milhões em investimentos na unidade em seis anos.

A planta de São Carlos também é responsável pela produção dos blocos de motores exportados para a produção de propulsores do Up! na Europa. A unidade foi escolhida no fim de 2015 entre todas as operações da empresa no mundo para atender a demanda do modelo europeu.

Os blocos são enviados para a fábrica de Chemnitz, na Alemanha. Inicialmente, a parceria prevê o fornecimento até o fim deste ano com a expectativa de despachar 90 mil unidades ao longo de todo o período.

“Nos últimos anos, a fábrica de motores de São Carlos tem recebido importantes aportes, que proporcionaram uma intensa evolução em termos de qualidade e tecnologia em nossos processos produtivos.

Com esses investimentos, começamos a produzir a nova geração de motores e também passamos a ampliar nossas competências com a produção do virabrequim no Brasil e a exportação de blocos de motores para a Alemanha”, disse Andreas Hemmann, gerente executivo da fábrica de São Carlos.



Unidade da VW em São Carlos também começa a produzir virabrequins

The Economist vê Temer com ideias melhores que Dilma, mas faz alerta

13/05/2016 - Fonte: EM.com

A revista britânica The Economist avalia que Michel Temer tem ideias melhores que Dilma Rousseff para a economia. Isso, porém, não quer dizer que o peemedebista será bem sucedido na Presidência da República. Para a publicação, "as coisas podem facilmente dar errado" para o novo ocupante do Palácio do Planalto.

Na edição impressa que começa a ser distribuída nesta sexta-feira, a Economist publica uma reportagem sobre o presidente em exercício brasileiro e destaca positivamente a pauta econômica sugerida pelo PMDB.

Ainda que reclame pela falta de detalhes, a revista diz que o documento "Ponte para o Futuro" "defende uma série de medidas sensatas da privatização e livre comércio até as reformas do mais que generoso sistema de previdência pública, das leis trabalhistas esclerosadas e do sistema tributário bizantino" do Brasil.

"A julgar pelos ministros que o senhor Temer deve anunciar, ele pretende executar algumas dessas ideias", diz a revista, ao citar nomes como Henrique Meirelles, Eliseu Padilha e Romero Jucá, além da maior proximidade com o PSDB.

A revista cita que Temer pode avançar com reformas estruturais, cortar gastos públicos e, a despeito da recessão, aumentar a confiança, reduzir a inflação e permitir ao Banco Central começar a reduzir o juro.

Apesar do otimismo, a The Economist alerta que "as coisas podem facilmente dar errado". O primeiro problema é a proximidade entre o PMDB e o escândalo de corrupção na Petrobras. "Seis dos congressistas do PMDB, incluindo o senhor Jucá, estão sob investigação", lembra a revista.

O segundo risco relatado pela Economist é que o novo presidente pode ter dificuldades em avançar com as reformas no Congresso. A revista cita que parlamentares são relutantes em votar a favor do corte de gastos e aumento de impostos. Além disso, o presidente em exercício tem que correr porque a atenção dos parlamentares rapidamente mudará para a Olimpíada no Rio e as eleições municipais.

Oferta do Mercosul pode retomar negociações com UE

13/05/2016 - Fonte: Exame.com



A comissária europeia do Comércio, Cecilia Malmström, afirmou que a oferta de linhas alfandegárias feita pelo Mercosul esta semana é um "primeiro passo", que permite "retomar as negociações".

"É uma boa primeira oferta, que dá a possibilidade de retomar as negociações", disse Malmström ao chegar a uma reunião de ministros do Comércio da União Europeia (UE) em Bruxelas.

Na quarta-feira, UE e Mercosul trocaram ofertas alfandegárias e estabeleceram que a primeira reunião deve acontecer em Montevideu nos próximos meses.

"É um primeiro passo, é uma oportunidade histórica para retomar as negociações", disse.

Depois da troca, uma fonte do Mercosul afirmou à AFP que "como era de esperar, ninguém saiu completamente satisfeito".

A UE não ofereceu cotas para carne ou etanol, que segundo o bloco devem ser definidas no futuro das negociações, após a pressão dos setores e dos países agrícolas da UE, liderados pela França.

"Acredito que levamos em consideração algumas das preocupações. Há interesses ofensivos muito importantes para o setor agrícola europeu na oferta do Mercosul", disse Malmström, antes de insistir que é um "primeiro passo".

As negociações para um Tratado de Livre Comércio (TLC) entre os dois blocos serão retomados em 2010. As duas partes trocaram ofertas alfandegárias, mas desistiram de avançar para negociações por considerar que não eram suficientemente ambiciosas.

Meirelles quer cortar subsídios e "bolsa empresário"

13/05/2016 - Fonte: Exame.com



O novo ministro da Fazenda do governo interino de Michel Temer, Henrique Meirelles, afirmou em entrevista ao programa Bom Dia Brasil, da rede Globo, que não precisará mexer nos gastos dos programas sociais.

"Vamos mexer nos privilégios daqueles que não precisam", disse, citando as desonerações às empresas, que chamou de "bolsa empresário", subsídios e salários do governo federal.

A primeira medida de seu mandato será a apuração das contas do país. "Precisamos dizer a verdade e ser claros nas contas públicas. Primeiro, temos que mostrar o que está acontecendo. Fazer um trabalho bastante sério, como já estamos fazendo, de levantamento de dados, para, assim, com segurança e clareza, tomar as medidas necessárias".

O governo da presidente afastada Dilma Rousseff tinha pedido autorização ao Congresso para fechar as contas no negativo em R\$ 96,6 bilhões este ano, mas o rombo deve ser maior devido a gastos que ainda não foram computados.

O governo interino de Temer terá que apresentar uma proposta pedindo para aumentar o resultado negativos, mas o cálculo aproximado do rombo ainda não foi feito, e era a isso que Meirelles se referia.

Aposentadoria e desemprego

Além disso, Meirelles disse que o governo está estudando uma proposta de idade mínima para aposentadoria.

Segundo o ministro, haverá um período e uma regra de transição da legislação atual. Ele afirmou que o assunto sempre foi estudado, mas que faltou "vontade política" dos governos anteriores para implantar a medida.

Questionado sobre o desemprego, o novo ministro afirmou que a forma de combater o desemprego é promovendo o crescimento econômico.

Para isso, segundo Meirelles, é preciso retomar a confiança do mercado, atraindo investimentos e a criação de novos postos de trabalho. "Vamos fazer com que a economia volte a crescer e os empregos sejam retomados", afirmou.

Corte de gastos

"Em primeiro lugar, temos que controlar o crescimento das despesas públicas", afirmou Meirelles. "Estamos trabalhando num sistema de metas onde não haja crescimento real das despesas".

"O importante é que se estabeleça uma meta que seja realista, que seja cumprida, e depois sirva de base para a melhora das contas públicas, isto é, que as despesas passem a ser de fato cortadas".

O ministro ressaltou que, no primeiro momento, como alguns gastos já estão comprometidos (como as perdas na renegociação da dívida dos estados e o aumento de salários dos funcionários públicos), o importante é calcular o tamanho do rombo, para depois implantar medidas mais drásticas de cortes.

"Vamos tomar medidas duras, porém necessárias, para que a trajetória da dívida seja sustentável".

A tentativa de passar confiança ao mercado e a investidores também se traduziu na postura de Henrique Meirelles durante a entrevista, por meio de frases assertivas e tom de sobriedade.

Bancos públicos e CPMF

Meirelles disse que fará questão de nomeações técnicas para chefiar bancos públicos, sob a condição de que os candidatos passem por seu "crivo pessoal".

Uma das críticas feitas ao governo de Dilma era de que as nomeações para cargos públicos eram excessivamente políticas.

Sobre a recriação da CPMF, o novo ministro desconversou, afirmando que não vai "adotar uma medida precipitada antes de fazer uma análise da situação".

Enquanto os cálculos não são realizados, no entanto, a proposta de volta do imposto não será retirada do Congresso.

Impeachment é chance para Brasil superar a crise, diz Campagnolo

13/05/2016 - Fonte: Agência FIEP



O afastamento da presidente Dilma Rousseff, confirmado na noite desta quarta-feira (11) pelo Senado, serve para que o Brasil saia da paralisia política em que se encontra e comece a discutir com seriedade medidas para a retomada da atividade econômica do país.

A opinião é do presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, para quem a votação mostrou a força que a sociedade possui, quando mobilizada, para interferir nas decisões do país.

"Assim como a maioria dos deputados, os senadores também souberam ouvir a voz das ruas que clamava por uma mudança na maneira como o país vinha sendo conduzido", diz Campagnolo.

"Com a decisão do Senado, superamos mais uma importante etapa para colocar fim a esse impasse político. Agora é preciso que, urgentemente, o novo governo dê sinais de que pode recuperar a confiança de investidores, empreendedores, consumidores e de todos os cidadãos, para que comecemos a nos recuperar dos estragos causados nos últimos anos", completou.

Para Campagnolo, a partir de agora o Brasil precisa superar o passado e olhar para o futuro.

“O novo governo tem a missão de unir o país. É preciso que seja um governo de transição, sem viés partidário, e que junto com a sociedade e o Congresso Nacional, desenhe um plano para recuperar imediatamente a economia e criar as bases para nosso desenvolvimento em longo prazo”, declara.

“Acima de tudo, é preciso que o governo tome decisões sobre mudanças e coloque em pauta as reformas tão necessárias para o país. Essas decisões devem ser tomadas urgentemente e sem medo. Sabemos que o remédio em muitos casos é amargo, mas é necessário combater a doença”, acrescenta.

O presidente da Fiep também pede que a população e a sociedade civil organizada se mantenha mobilizadas. “A Fiep fará sua parte, cobrando o novo governo e se colocando à disposição para colaborar com medidas que melhorem o ambiente de negócios do país”, declara Campagnolo.

Governo incentiva importação de motores

13/05/2016 - Fonte: CIMM

Uma mudança promovida há quase um ano na legislação que regula ex-tarifários para autopeças, dispositivo que reduz para apenas 2% o imposto de importação normalmente de 18%, 16% ou 14%, tornou mais fácil a concessão do incentivo e está aumentando o volume de componentes beneficiados com a alíquota mínima.

Atendendo a pedidos dos fabricantes de veículos e fornecedores, somente este ano, em março e abril, três resoluções da Câmara de Comércio Exterior (Camex) acrescentaram 121 itens à lista de importações incentivadas para o setor automotivo, incluindo até 11 motores montados. Ao todo, desde 2012 a indústria conseguiu a exceção tarifária para 390 peças e sistemas.

Até 2015, a redução do imposto era concedida somente para “autopeças sem produção similar nacional”. Em junho do ano passado a Camex alterou esta regra, passando a enquadrar no regime de ex-tarifário componentes para os quais a indústria alegar “inexistência de capacidade de produção nacional equivalente”.

A alteração foi feita por acordo entre governo, Anfavea, que reúne os fabricantes de veículos, e Sindipeças, que agrega os fornecedores de componentes. O objetivo era facilitar e incentivar as importações de itens para elevar mais rapidamente o nível tecnológico dos produtos nacionais, atendendo também os objetivos da política industrial para o setor, expressos no programa Inovar-Auto, que entre outras metas prevê o aumento da eficiência energética dos veículos produzidos no país.

Na prática, contudo, novamente os fabricantes de veículos conseguiram empurrar mais itens para a lista de importações incentivadas do que queriam seus fornecedores. Exemplo maior dessa “carona” aplicada pela Anfavea no Sindipeças é a redução a 2% da alíquota de importação para 11 motores e diversos tipos de transmissões.

“Contrariamente à nossa posição, foi concedido o ex-tarifário a produtos para os quais existe capacidade de produção nacional equivalente, como os motores do ciclo otto, diesel e transmissões. Temos discutido com o governo e demais entidades sobre isso”, afirma Flavio Del Soldato, integrante do conselho de administração do Sindipeças responsável pela área de Comércio Exterior. “O Sindipeças é favorável à concessão de ex-tarifários para autopeças nos termos da legislação vigente”, reforça.

Falta de capacidade

A redução tarifária de 18% para 2% concedida em março passado pelo período de um ano inclui uma cota de até 27 mil unidades para 10 modelos de motores ciclo otto (gasolina ou bicomustível) importados por diversos fabricantes instalados no País (veja aqui a lista completa).

A maior cota, de 34 mil, é destinada à importação de um motor 2.0 flex, provavelmente usado pela Renault no Duster e Oroch; e a segunda maior, de 25 mil propulsores 2.5, deve ser para a versão flex da nova picape S10, da General Motors.

Motores turbinados usados por Volkswagen, Audi, Jaguar Land Rover e BMW também estão na lista do imposto reduzido. Sem teto máximo de importação definido, a FCA conseguiu incluir seu motor diesel 2.0 usado pelo Jeep Renegade e pela Fiat Toro, além da transmissão automática de nove marchas da ZF que equipa as versões topo de linha de ambos os veículos.

Em outra lista publicada pela Camex no Diário Oficial da União em abril passado, 60 componentes foram incluídos no regime de ex-tarifário. Entre eles estão itens como bicos injetores, módulos de injeção direta de combustível, assistência elétrica de direção, câmeras de ré, placas de circuito de rede, barras de alumínio de para-choques, conjuntos de para-brisas com sensor de chuva integrado, pinça de freio a disco, teto solar, diferencial traseiro para veículos 4x4 e até sistemas multimídia de infoentretenimento.

Como se nota, muitos desses componentes e sistemas podem ser produzidos no Brasil, mas não são por falta de escala competitiva ou porque não houve investimento dos fornecedores em capacidade local de fornecimento, o que envolve tecnologia, meios de produção e mão-de-obra.

“Com a introdução do Inovar-Auto, muitas montadoras, em especial as de veículos premium, instalaram fábricas no País para a produção de modelos de última geração e baixo volume. Isso pode inviabilizar, em um primeiro momento, o fornecimento por meio da indústria nacional de autopeças”, explica Del Soldato.

“Essa situação se agrava na medida em que fabricantes aqui já instaladas e líderes de mercado, ao perderem market share, vão tratando de renovar suas linhas, substituindo os modelos mais antigos, com elevado conteúdo regional, por outros atualizados e mais dependentes, a princípio, de peças importadas”, acrescenta.

Incentivo à produção nacional

Segundo esclarece o conselheiro do Sindipeças, os pleitos de novos ex-tarifários, revogação de existentes e alteração de redação só podem ser formulados e apresentados à Camex por entidades representativas do setor privado, e não por um fabricante isoladamente.

A ideia é incentivar a importação por tempo limitado, para que depois, com ganho de escala, os componentes comecem a ser produzidos no Brasil. “Uma das premissas do regime de ex-tarifário de autopeças é o estímulo ao adensamento da cadeia produtiva de autopeças. A expectativa é que a importação com o imposto de importação reduzido propicie a produção no País de peças que hoje são importadas”, destaca Del Soldato.

A “briga” entre incentivar importações de componentes e produzi-los no país já tem quase duas décadas, período no qual os fabricantes de veículos instalados no Brasil encontraram no exterior uma maneira mais fácil de acelerar a modernização de seus produtos com custos mais baixos.

Assim conseguiram, em 2001, aprovar uma lei que concedia desconto de 40% sobre o imposto de importação de todas as autopeças destinadas ao processo produtivo.

Este expediente, aliado à taxa de câmbio extremamente favorável em certos períodos, desviou bilhões de reais em compras das montadoras para o exterior.

Só em 2010 o Sindipeças conseguiu revogar a lei e a alíquota cheia de 18%, 16% e 14% passou a ser aplicada nas importações de todas as autopeças. Ao mesmo tempo, em acordo com as montadoras, foi criada a primeira lista de ex-tarifário, com cerca de 100 componentes automotivos sem fabricação nacional – como eletrônicos, por exemplo.

Até o último dia de 2012, a lista de autopeças com imposto reduzido ficou praticamente estacionada, fechando aquele ano com 125 itens. Este volume saltou para 269 no fim de 2014. Após a flexibilização da regulamentação, em junho de 2015, mais componentes foram agregados ao benefício, chegando ao número atual de 390.

As isenções concedidas em março e abril passados foram requisitadas no segundo semestre de 2015. Outra janela para novos pedidos, revogações e alterações de ex-tarifários está prevista para ser aberta entre 27 de junho e 1º de julho próximos.

Mercado doméstico impulsiona mineração

13/05/2016 - Fonte: Instituto Aço Brasil

Apesar de grande parte do minério de ferro produzido pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ser voltada para a exportação, o mercado interno foi o responsável por um desempenho positivo da empresa nesse ramo no primeiro trimestre de 2016.

As vendas gerais da commodity tiveram um crescimento de 52%, passando de 5,442 milhões de toneladas para 8,295 milhões de toneladas, segundo dados divulgados ontem pela empresa.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o crescimento foi de 25%, uma vez que nos três últimos meses de 2015, a empresa vendeu 6,656 milhões de toneladas de minério de ferro.

O melhor desempenho apresentado no início de 2016 tem ligação com uma melhora da demanda interna. Prova disso é que houve um crescimento de 12% na comercialização da commodity no Brasil pela companhia e uma retração de 12% nas exportações.

Com isso, a participação do mercado interno sobre o desempenho total do grupo foi alterada. No primeiro trimestre de 2015, apenas 1% das vendas de minério de ferro da CSN era voltada para o mercado local.

Ou seja, praticamente toda a produção (99%) embarcava para outras partes do mundo. Mas, entre janeiro e março deste ano, as vendas em terras brasileiras passaram a representar 13% do total e as exportações ficaram com 87%.

O Ebitda alcançado com a mineração ficou em R\$ 283 milhões no primeiro trimestre. O valor é 81% superior aos R\$ 156 milhões registrados no mesmo período de 2015. Segundo a empresa, a produção de minério de ferro somou 7,326 milhões de toneladas, volume 23% maior do que o apurado nos três primeiros meses do exercício passado.

Da mesma forma, a receita líquida ficou positiva. Nesse caso, o crescimento foi de 18,08% na comparação com o primeiro trimestre de 2015, ao passar de R\$ 658 milhões para R\$ 777 milhões.

Já as compras de minério de ferro realizadas pela companhia seguiram na direção contrária e reduziram 58% frente ao trimestre imediatamente anterior, atingindo 617 mil toneladas. Segundo informações divulgadas pela empresa, essa redução ocorreu,

principalmente, em função da menor disponibilidade do insumo de pequenos e médios produtores no trimestre.

Aliás, foi também uma redução da oferta global da commodity que levou a um aumento da média de preço em torno de 3,5% em relação aos três meses finais de 2015.

Cimento - Outro mercado que a companhia atua, o de cimentos, apresentou considerável baixa no Ebitda. O indicador passou de R\$ 28 milhões no primeiro trimestre de 2015 para apenas R\$ 8 milhões agora em 2016.

Ou seja, variou negativamente em 71,42%. A receita líquida, porém, teve uma variação positiva de 12,8% no mesmo período, ao passar de R\$ 101 milhões para R\$ 114 milhões.

Dos R\$ 330 milhões investidos nos três primeiros meses de 2016, R\$ 139 milhões foram para expandir a produção de cimento. O aporte está sendo realizado em Arcos, com a construção de um forno de clínquer, matéria-prima utilizada na fabricação de cimento, e permitirá margens mais competitivas e escala no Sudeste, por causa da autossuficiência a ser alcançada.

Outros R\$ 62 milhões serão em mineração, R\$ 119 milhões em siderurgia e R\$ 10 milhões em logística.